



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS E TECNOLÓGICAS
CURSO DE ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL

THAIS CRISTINA DE SOUZA LOPES

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO
DE ASSÚ/RN**

MOSSORÓ/RN
2016

THAIS CRISTINA DE SOUZA LOPES

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO
DE ASSÚ/RN**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Ambientais e Tecnológicas como parte dos requisitos para obtenção do grau de Engenheira Agrícola e Ambiental, no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental da UFERSA.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Jeane Cruz Portela

MOSSORÓ - RN
2016

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

L864c Lopes, Thais Cristina de Souza.
CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO
NO MUNICÍPIO DE ASSÚ/RN / Thais Cristina de Souza
Lopes. - 2016.
40 f. : il.

Orientadora: Jeane Cruz Portela.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Engenharia
Agrícola e Ambiental, 2016.

1. Percepção ambiental. 2. Discurso do sujeito
coletivo. 3. Ambiente. 4. Sociedade. I. Portela,
Jeane Cruz, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

THAIS CRISTINA DE SOUZA LOPES

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO
DE ASSÚ/RN.**

Monografia apresentada ao Departamento de
Ciências Ambientais e Tecnológicas como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Engenheira Agrícola e Ambiental.

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Jeane Cruz Portela (UFERSA)
Presidente

Joseane Dunga da Costa (UFERSA)
Primeiro Membro

Andrezza Grasielly Costa (UFERSA)
Segundo Membro

Phâmella Kalliny Pereira Farias (UFERSA)
Terceiro Membro

AGRADECIMENTOS

Primeiramente toda honra, glória e louvor sejam dados ao Único, Digno de ser Exaltado, aquele que fez os céus e a Terra, e que tudo formou no tempo oportuno, obrigada Deus Pai, Filho e Espírito Santo. Obrigada pela tua voz suave em todas as vezes que porventura tropecei, e o teu Espírito me deu forças pra caminhar.

Aos meus pais Waldir Tavares e Mercia Tavares pelo amor, carinho, força atenção e dedicação em toda a minha jornada acadêmica. Pai, obrigada por se fazer presente em absolutamente todos os momentos, não há palavras suficientes para demonstrar o tamanho da minha gratidão, eu tenho o melhor pai desse mundo.

Ao meu amado esposo Aldi Júnior pelo amor, apoio e força nos momentos mais difíceis, pelo seu companheirismo presente em todas as fases, e pelos conselhos valiosos que guardarei para sempre.

À minha orientadora de ensino e vida, Profª. Jeane Portela, pela sua total atenção e disponibilidade, por me auxiliar e compreende-me quando eu mais precisei, por transmitir paz e tranquilidade em todos os momentos. Além disso, pela confiança, paciência e compreensão, e por ser um exemplo não apenas como mestre, mas como pessoa.

Ao meu querido Prof. Roberto Vieira Pordeus, pelo apoio, incentivo e aconselhamento desde os meus primeiros passos de graduação, és um amigo especial, tenho carinho e admiração pelo senhor.

Aos meus colegas e amigos do curso, em especial a Andrezza Grasielly pela sua amizade verdadeira, companheirismo, palavras de apoio e encorajamento.

Aos amigos/irmãos Felix de Souza, Aline Fernandes, Fernando Augusto, Vinicius Silva, João Vitor e Tereza Letícia pelas alegrias e tristezas compartilhadas nesse último ano. Enfim, a todos que de alguma forma me ajudaram na conclusão de mais uma etapa da minha vida, os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Numa perspectiva holística, o ser humano e o meio ambiente não devem ser divididos em pequenas partes para análise, é necessário entender o modo como o mesmo percebe e reage a totalidade do espaço. Nesse contexto, o presente estudo objetivou analisar a percepção dos moradores dos bairros Janduí e Vista Bela, Assú/RN, buscando entender as formas pelas quais os residentes se relacionam com as questões socioambientais locais, abordando aspectos quanto à interação entre sociedade e ambiente. O trabalho reflete discursos e opiniões coletivas a respeito do tema proposto, e ainda apresenta uma conjuntura que favorece as proposições dos discursos do grupo. O procedimento metodológico foi balizado na aplicação de questionários, adotando como critério o tempo de residência dos moradores nos bairros estudados. Ademais, foram realizadas observações em campo e uma pesquisa documental. Para análise dos discursos, foi utilizada a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, na qual tem sido eficaz na compreensão de opiniões coletivas. Verificou-se que os moradores locais apresentam nos seus depoimentos proposições que remetem a caracterização situacional dos bairros e parâmetros de qualidade de vida. Além disso, observou-se o descaso do poder público em termos de acesso aos direitos básicos fundamentais de todo cidadão. Os resultados obtidos evidenciam a análise da qualidade de vida da comunidade, assim como as condições de vulnerabilidade vivenciada pelos moradores locais que sofrem com a precariedade dos serviços básicos; as condições da má qualidade de vida demonstrada pela maioria dos entrevistados foram constatadas pela opinião do grupo focal. Conclui-se que há necessidade de intervenções ligadas à melhoria dos serviços básicos e em termos do quesito de qualidade de vida da população residente nos bairros estudados, com destaque para o acesso à saúde pública, educação e segurança.

Palavras-chave: Percepção ambiental. Discurso do sujeito coletivo. Ambiente. Sociedade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Análise das representações sociais da relação ser humano – sociedade – natureza.	25
Figura 02 – Representação gráfica do Município de Assú, RN.	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUDMA – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente

DS – Desenvolvimento Sustentável

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a tecnologia

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Princípio 20 da Declaração de Estocolmo – 1972.....	17
Quadro 02 – Princípio 10 da Declaração do Rio – 1992.....	20
Quadro 03 – Capítulo 40 da Agenda 21 Global – 1992.	20
Quadro 04 – Convenção do Clima – 1992.	20
Quadro 05 – Convenção da Biodiversidade – 1992.	21
Quadro 06 – Declaração de Joanesburgo – 2002.	21
Quadro 07 – Síntese das ideias centrais.....	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS	13
2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	14
3.1 EVOLUÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL	14
3.2 A DINÂMICA DA PSICOLOGIA AMBIENTAL.....	23
3.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE DO SUJEITO COLETIVO (DSC)	26
5 MATERIAL E MÉTODOS	27
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37

1 INTRODUÇÃO

A percepção do ser humano relacionada ao emprego dos recursos naturais está intrínseca na história da humanidade, dando início na descoberta do fogo, que a partir de então houve a coibição do conhecimento e a integração no meio natural de forma cada vez mais acelerada.

No contexto histórico, desde os tempos mais remotos até os dias atuais, essas modificações foram se intensificando, e isso perpetuou com um processo de transformações advindos da expansão do conhecimento e da tecnologia, o crescimento populacional, o desencadear das grandes cidades, versando na mudança de pensamentos, valores e atitudes e coibindo os problemas ambientais observados atualmente, sobretudo no meio urbano.

Segundo dados do IBGE (2010), mais de 80% da população brasileira está localizada em áreas urbanas. Odum (1988) ressaltou a realidade dos dias atuais, onde o mesmo afirmara que a partir de meados do século XX a expansão urbana e o crescimento das cidades iriam promover alterações fisionômicas no planeta, maior que qualquer outra atividade humana.

Além disso, o desenvolvimento do espaço urbano não modificou apenas a paisagem, mas ocasionou mudanças de hábitos e formas de comportamento no próprio ser humano, alterando sua forma de refletir e vivenciar o espaço natural.

Nessa perspectiva, a interação entre o ser humano e os elementos físicos e biológicos, constitui ainda um espaço sociocultural; ao passo que ele utiliza e provoca modificações aos elementos constituídos no meio, a história é criada com o passar do tempo, e sua própria visão a respeito da natureza e do espaço em que vive.

As características físicas, culturais, socioeconômicas e políticas de cada região estão relacionadas com a vivência do homem no contexto sociedade-natureza adquirida com o seu espaço, e sendo ela influenciada na sua maneira de ser e agir. O julgamento desse processo permite delinear sua essência e origem. A cultura a que cada qual pertence expressa a visão de mundo, hábitos, costumes e valores socioculturais de uma determinada população (FERRARA, 1993).

O pensamento mais adequado para discorrer sobre percepção ambiental compõe um processo ativo, onde as pessoas buscam informações sobre o seu ambiente com base no que elas precisam saber para seus projetos ou interesses atuais. Nesta linha de raciocínio, a cultura atua como um guia ou roteiro, as crenças e comportamentos a compõem e retratam o tipo e a maneira que o indivíduo encontra suas necessidades no meio ambiente.

Numa perspectiva holística, o ser humano e o meio ambiente não devem ser divididos em pequenas partes para análise, é necessário entender o modo como o mesmo percebe e reage a totalidade do espaço. Existe uma relação complexa sobre o espaço, tempo, lugar e ponto de observação. Como o indivíduo interpreta o cenário é com base na vivência e na compreensão do contexto situacional, uma valorização do ponto de vista, suas limitações e na concepção dos "típicos" padrões de comportamento.

Com isso, é de extrema importância investigar as relações existentes entre sociedade e ambiente, buscando entender a dinâmica da comunidade local e diagnosticar o ambiente vivencial dos residentes de um dado local.

Ao tomar por base a reflexão ora apresentada, o presente trabalho objetivou analisar a percepção ambiental dos moradores dos bairros Janduí e Vista Bela, no município de Assú/RN, realizando um diagnóstico situacional da área na perspectiva de entender os diferentes níveis de interação do indivíduo com o ambiente, utilizando-se para tanto, a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O presente estudo objetivou analisar a percepção dos moradores dos bairros Janduís e Vista Bela, Assú/RN, buscando entender as formas pelas quais os residentes se relacionam com as questões socioambientais locais, abordando aspectos relacionados à interação entre sociedade e ambiente.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar a percepção acerca das representações sociais a respeito da problemática socioambiental, dos moradores com experiência no local de estudo;
2. Identificar os problemas socioambientais nos bairros Janduís e Vista Bela decorrente das ocupações urbanas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 EVOLUÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL

Pensar na evolução das questões ambientais ou da postura engessada da ciência tradicional pode parecer, até certo ponto, uma tentativa de retomar assunto há muito ultrapassado. Porém, desde o início da vida humana na Terra, que a humanidade recorre ao meio natural para sua subsistência, com isso se perpetua as modificações oriundas das suas atividades humanas impostas a natureza (COSTA, 2011).

A percepção do homem relacionado ao emprego dos recursos naturais está intrinsecamente inserida na história da humanidade, dando início na descoberta do fogo, que a partir de então o homem foi se abstendo de conhecimento e se integrando no meio natural de forma cada vez mais acelerada (MILLER JÚNIOR, 2008).

Inicialmente as alterações impostas ao meio eram mínimas, e com o passar do tempo, notadamente a partir da chamada Revolução Agrícola (8 mil anos a.C) a intensidade dos problemas foram agravadas, principalmente no século XIX com a utilização dos combustíveis fósseis. Em tese, os efeitos globais tangentes à queima de combustíveis fósseis se tornaram ainda mais evidentes a partir da segunda metade do século XX (PHILIPPI JR., ROMÉRO, BRUNA, 2004).

Com o desencadear da atividade agrícola e o consequente sedentarismo, perpassou uma reforma no processo de transformação da interação do homem e a natureza, em que o ambiente incide de natural para artificial com o crescente cultivo de plantas e animais (MIANA, 2010).

O ser humano passa a produzir uma grande quantidade de alimentos para o seu sustento, perpetuando em um excedente na fabricação, daí advém o aumento da complexidade de funções que existiam, desencadeando a divisão do trabalho e a necessidade de cooperação continuada entre as populações (DIAS, 2009).

O desenvolvimento, estimulado pelos processos de descolonização procedentes na segunda metade do século passado, conjecturou como um pensamento das ciências, conformando uma problemática de caráter ideológico e teórico (DA VEIGA, 2005).

Segundo Dias (2009) nos últimos 300 anos o desenvolvimento humano e tecnológico foi singular, nunca registrado antes na história, em que a vertente científica foi expandida e gerou uma incrível capacidade de produção e controle sobre os elementos naturais.

A transformação do homem e o meio natural acontecem de forma mútua, como afirmou Marx (1989, p. 202), “atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza”.

Segundo Miana (2010), o pensamento humano quando se fala em recursos naturais é que esses são inesgotáveis, mas o que se tem conhecimento é que os recursos renováveis podem nos fornecer um tributo biológico indefinitivamente renovável, desde que não o consumamos mais rápido do que a sua própria capacidade de se renovar.

Miller Jr. (2008) reafirma a ideia de que os recursos ambientais renováveis estão sendo utilizados mais rapidamente do que são repostos, ou seja, de forma insustentável, e como consequência ocorre a escassez de recursos com uma previsão ainda maior para o futuro.

Existem inúmeras justificativas quando se refere à raiz dos problemas ambientais modernos, e as implicações advindas dos eventos ocorridos em busca de soluções para tal questão. Diante disso, a relevância de um estudo contínuo das relações entre a sociedade, tecnologia e meio ambiente.

A experiência humana delineada ao percurso da ideia de modernidade é tão remota quanto à própria civilização. O homem comina modificações sobre os sistemas naturais desde os tempos pré-históricos, induzindo ao meio, situações de desequilíbrio em seus componentes; o que difere o tempo remoto da era atual é o detalhamento em que as mudanças têm sido motivadas, sendo atualmente de modo acelerado e intenso (MILLER JUNIOR, 2008).

O princípio da percepção de que a degradação ambiental estava incidindo sobre a saúde humana foi evidenciada por um episódio ocorrido na Inglaterra, região de Londres, entre 4 e 13 de dezembro de 1952. Nesse período, inúmeras indústrias e residências usufruíam do carvão para geração de energia ou aquecimento doméstico que, através da queima desse material era emitido uma grande quantidade de material particulado e enxofre na atmosfera, ocasionado um fenômeno designado “*smog*” (MOTA, 2011).

Antes de 1960 o termo ambiente significava uma questão política ou social. Com a ampliação e intensidade no uso dos recursos naturais e alargamento do desenvolvimento tecnológico, a questão ambiental, com todo seu enredamento e a preocupação de diferentes áreas do conhecimento quanto a esse tema, surge nos finais dos anos 60 do século XX, em decorrência do aumento populacional e o consumo visualizando-se o esgotamento futuro dos recursos (BOTKIN; KELLER, 2010).

Com a evidência e a demanda de problemas ambientais em crescimento, começou a mudar a situação de descaso ainda na década de 1960, em que se passou a esquadrihar novas soluções tecnológicas para evitar possíveis acidentes ambientais.

O vislumbre da percepção acerca da degradação ambiental ocorreu, consideravelmente, a partir da década de 1960, com a publicação da obra de Rachel Carlson intitulada “Primavera Silenciosa” na qual era relatado o uso indiscriminado de agrotóxicos, que além de provocar problemas de saúde aos seres humanos também afetara o canto e bem-estar dos pássaros (CARSON, 1962).

A obra de Rachel baseia na teoria evolucionista de Charles Darwin, demonstrando que os exemplos de atuação evolutiva surgiam no meio de vivência da sociedade. Segundo Carson (1962) era perceptível no cotidiano o desequilíbrio ambiental, com o desaparecimento dos pássaros e a proliferação de pestes devido à aplicação exacerbada de inseticidas, a autora demonstrou a teoria da evolução em ação, constatando com a realidade e expondo que estaria sendo vivenciada a transformação da paisagem e a alteração no sistema ambiental diante de todos.

Para Jacobi (2003), a publicação desse livro foi um acontecimento impulsionador para a revolução ambiental porque o mesmo gerou certa contestação pela sociedade com relação às indústrias geradoras de agrotóxicos, e assim aumentou a consciência em virtude das atividades humanas, e o que as mesmas provocariam sobre o meio ambiente; a partir daí, começaram a ocorrer inúmeros encontros para discutir a crise ambiental.

Ainda na década de 1960, iniciou-se os primeiros debates teóricos sobre estratégias de ecodesenvolvimento. Em março de 1965 na Conferência de Educação da Universidade de Keele, na Inglaterra, o termo relacionado a conscientização e educação ambiental foi posto pela primeira vez ressaltando a importância dessa ferramenta para a construção dos valores ambientais (DIAS, 2009).

O Clube de Roma foi fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurélio Peccei e pelo químico inglês Alexander King, que agregou 100 empresários, políticos, cientistas sociais, os mesmos estariam preocupados com as consequências do desenvolvimento acelerado adquirido pelos países ricos do Ocidente, crescimento esse sem levar em conta a degradação que estaria sendo causada, e a forma acelerada de como se estava ocorrendo esse processo por todo o planeta (COUTINHO, 2009).

Uma das contribuições do Clube de Roma para a discussão da problemática ambiental foi a publicação do relatório “Os Limites do crescimento” em 1972, que tratava de descrever o cenário futuro do planeta em virtude do crescimento populacional, e a política econômica

condicionada à geração de riquezas, demonstrando as consequências impostas aos recursos naturais com a simulação entre a interação dos sistemas ambientais e o padrão atual da sociedade (JACOBI, 2003).

Segundo Miana (2010), no contexto histórico, a discussão dos problemas ambientais com foco no crescimento populacional, no processo de urbanização e na tecnologia envolvida na industrialização, perpetuou na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, com envolvimento na esfera internacional foi incumbida em críticas pelos países em desenvolvimento.

Para Seabra (2009) essa Conferência foi um marco importante da evolução da questão ambiental, realizada no mesmo ano da publicação do relatório “Os Limites do Crescimento”, com a presença de 113 países, discutindo o tema “Crescimento econômico e Meio Ambiente”.

Almeida (2012) reforça essa questão considerando que essa Conferência apresentou extrema relevância para a política internacional em virtude do surgimento de políticas de gerenciamento ambiental, onde foram criados novos conceitos e adquirida uma nova visão das relações entre o meio ambiente e desenvolvimento.

Um seguinte quesito apresentado nessa mesma conferência foi com relação às interfaces sobre desenvolvimento, meio ambiente e industrialização, assim como consta no quadro a seguir referente ao princípio 20 da Declaração de Estocolmo (PHILIPPI JR., ROMÉRO, BRUNA, 2004).

Quadro 01 – Princípio 20 da Declaração de Estocolmo – 1972.

Declaração de Estocolmo - (Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment)
Princípio 20 – Deve ser fomentada, em todos os países, especialmente naqueles em desenvolvimento, a investigação científica e medidas desenvolvimentistas, nos sentido dos problemas ambientais, tanto nacionais como multinacionais. A esse respeito, o livre intercâmbio de informação e experiências atualizadas deve constituir objeto de apoio e assistência, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais; as tecnologias ambientais devem ser postas à disposição dos países em desenvolvimento, em condições que favoreçam sua ampla difusão, sem que constituam carga econômica excessiva para esses países (ONU, 1972).

Fonte: Elaborado pela autora, 2014. Adaptado de ONU, 1972.

Como reflexo da Conferência, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou um organismo próprio em sua estrutura para tratar das questões ambientais no âmbito das Nações Unidas, denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com sede em Nairóbi (Kenya) e instituiu o dia 5 de junho como Dia Internacional do Meio Ambiente (HALAL, 2009).

Em 1977, no período de 14 a 26 de outubro, ocorreu a Conferência Internacional de Tbilisi convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a tecnologia (UNESCO) em cooperação com o PNUMA, onde a mesma foi considerada um grande marco para a disseminação da educação ambiental, onde foram verificados os objetivos, funções, estratégias, características e sugestões para uma melhoria do ensino relacionado à temática ambiental.

Com relação ao documento, é importante destacar alguns pontos em que a educação ambiental deveria fundamentar-se que seria na ciência e tecnologia para consciência e adequada apreensão dos problemas ambientais, e que a mesma deveria ser aplicada tanto para educação formal como informal (BEZERRA, 2007).

A Conferência definiu o meio ambiente como: “o conjunto de sistema naturais e sociais em que vive o homem e os demais organismos e de onde obtêm sua subsistência” (BEZERRA, 2007).

Já em relação ao debate acerca da questão ambiental, no âmbito nacional, segundo Halal (2009), foi na década de 1970 que o Brasil teve sua manifestação no caminho dos movimentos contestatórios, com a iniciativa de movimentos ecológicos, impondo suas opiniões no julgo ambiental.

De acordo com Seabra (2009), a questão ambiental no Brasil e os processos das mudanças ambientais, permitem compreender de que forma desencadeou o desenvolvimento em nosso país cuja justificativa está relacionada ao mecanismo de exploração dos recursos que obteve uma longa duração no decorrer de sua história.

Diante disso, as pessoas pensavam da seguinte forma, devido ao vasto território e a imensa quantidade e biodiversidade de recursos naturais presentes no Brasil, esses recursos seriam inesgotáveis e, nessa linha de raciocínio, poderiam explorar sem um limite (CASSILHA; CASSILHA, 2009).

Nessa conjuntura da evolução da questão ambiental no Brasil é importante relatar o desenvolvimento da política ambiental. Foi a partir da I Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Estocolmo (1972), que se iniciou a tomada do controle da poluição mundialmente. Foi a partir desse evento que se estabeleceram distintas agências ambientais em todo o mundo (DIAS, 2009).

Em 1973, uma representação do avanço da política ambiental no Brasil foi a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que surgiu justamente como uma resposta à Conferência de Estocolmo, que tinha como uma de suas atribuições a de coordenar as ações

do governo em que se encaixassem com o cuidado ambiental e o uso adequado dos recursos naturais (SÃO PAULO, 2003).

Com o aumento dos fóruns de discussões e a repercussão internacional, a respeito das temáticas ambientais, o Brasil na década de 1980, mais especificamente em 1981, institui a lei 6.938 (31/08/1981) que dispõe sobre a política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), ainda em relação aos efeitos e a repercussões da Conferência de Tbilisi. Ainda na mesma década, ou seja, em 1988, na Constituição Federal o capítulo VI no artigo 225 relatando que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, garantindo assim a relevância das questões ambientais (BRASIL, 2011).

A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), no final da década de 1980, publicou o relatório “Nosso futuro comum” reforçando a necessidade de uma abordagem integrada para a política e tomada de decisão para o desenvolvimento humano, tendo em vista a deterioração acelerada do ambiente e dos recursos naturais (CMMAD, 1988).

O relatório repercutiu diversas discussões e a ideia foi expandida entre os pesquisadores da época, se difundindo na realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (CNUDMA) sucedida no Rio de Janeiro em 1992 e reunindo 178 países para discussão acerca do desenvolvimento sustentável.

Na década de 1990 houve a continuidade das negociações retomadas em torno do conceito de desenvolvimento sustentável e com a finalidade de pôr em prática as propostas apresentadas nos anos anteriores, realizou-se no Rio de Janeiro, a CNUMAD, Rio 92, onde diversos documentos foram assinados inclusive a Agenda 21 (KOHLER; PHILIPPI JUNIOR, 2005).

A CNUMAD teve como objetivo avaliar como os países haviam promovido a proteção ambiental desde a primeira Conferência e discutir encaminhamentos para questões específicas, como as mudanças climáticas, a proteção da biodiversidade entre outras (PHILIPPI JUNIOR et al., 2004).

A Agenda 21, um plano de ação para o meio ambiente e desenvolvimento no século XXI, foi vista como o principal registro do Rio 92, onde 179 países assumiram o compromisso com as declarações postas no documento, e o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) disseminou-se por todo o mundo (PHILIPPI JUNIOR, 2005).

É declarada então uma nova concepção de um desenvolvimento que seja imparcial e igualitário que possa garantir o futuro das gerações seguintes através dos meios e recursos

necessários a sua sobrevivência. É nesta ocasião que se acredita no sucesso do DS para o exercício da educação ambiental (MILLER JÚNIOR, 2008).

Na CNUDMA foram assinados importantes compromissos internacionais com destaque para a Declaração do Rio de Janeiro (Quadro 02), a Agenda 21 (Quadro 03), a Convenção do Clima (Quadro 04) e a Convenção da Biodiversidade (Quadro 05). Diante disso, esses documentos têm a questão da informação que representa um fator de destaque nos diferentes espaços de tomada de decisão e nas estratégias para aceitação dos insumos necessários ao desenvolvimento de regiões, cidades, e comunidades não (PHILIPPI JR; MALHEIROS, 2012).

Quadro 02 – Princípio 10 da Declaração do Rio – 1992.

Declaração do Rio - (Rio Declaration on Environment and Development)
Princípio 10 – A melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos. No nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar de processos de tomada de decisões. Os estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2014. Adaptado de ONU, 1992a.

Quadro 03 – Capítulo 40 da Agenda 21 Global – 1992.

Agenda 21 Global - (Global Agenda 21)
Capítulo 40 – Informação para Tomada de Decisões – Introdução 40.1. No desenvolvimento sustentável, cada pessoa é usuária e provedora de informação, considerada em sentido amplo, o que inclui dados, informações, experiências e conhecimentos adequadamente apresentados. A necessidade de informação surge em todos os níveis, desde o de tomada de decisões superiores, nos planos nacional e internacional, ao comunitário e individual (...) (ONU, 1992).

Fonte: Elaborado pela autora, 2014. Adaptado de ONU, 1992.

Quadro 04 – Convenção do Clima – 1992.

Convenção do Clima - (United Nations Framework Convention on Climate Change)
Artigo 2 Objetivo O objetivo final desta Convenção e de quaisquer instrumentos jurídicos com ela relacionados que adote à Conferência das Partes é o de alcançar, em conformidade com as disposições pertinentes desta Convenção, a estabilização das concentrações de gases do efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado num prazo suficiente que permite aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, que assegure que a produção de alimentos não seja ameaçada e que permite ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável (ONU, 1992b).

Fonte: Elaborado pela autora, 2014. Adaptado de ONU, 1992b.

Quadro 05 – Convenção da Biodiversidade – 1992.

Convenção da Biodiversidade - (Convention on Biological Diversity)
Artigo 17 Intercâmbio de Informações 1. As Partes Contratantes devem proporcionar o intercâmbio de informações, de todas as fontes disponíveis do público, pertinentes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, levando em conta as necessidades especiais dos países em desenvolvimento. 2. Esse intercâmbio de informações deve incluir o intercâmbio dos resultados de pesquisas técnicas, científicas, e socioeconômicas, como também informações sobre programas de treinamento e de pesquisa, conhecimento especializado, conhecimento indígena e tradicional como tais e associados às tecnologias a que se refere o § 1 art. 16. Deve também, quando possível, incluir a repatriação das informações (ONU, 1992c).

Fonte: Elaborado pela autora, 2014. Adaptado de ONU, 1992c.

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) sucedida no ano de 2002, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Joanesburgo, África do Sul (Quadro 06), teve como proposta a avaliação das ações até então adotadas, como também reafirmar acordos e determinar limites para o seu cumprimento.

Quadro 06 – Declaração de Joanesburgo – 2002.

Declaração de Joanesburgo - (Johannesburg Declaration on Sustainable Development)
(...) 26. Reconhecemos que o desenvolvimento sustentável requer uma perspectiva de longo prazo e participação ampla na formulação de políticas, tomada de decisões e implementação em todos os níveis. (...) 30. Assumimos o compromisso de reforçar e aperfeiçoar a governança em todos os níveis para efetiva implementação da Agenda 21, das Metas de Desenvolvimento do Milênio e do Plano de Implementação de Joanesburgo (...). (...) 33. Assumimos adicionalmente o compromisso de monitorar, em intervalos regulares, o progresso alcançado na implementação das metas e dos objetivos do desenvolvimento sustentável (...) (ONU, 2002a).

Fonte: Elaborado pela autora, 2014. Adaptado de ONU, 2002a.

Ao sobrevir os dez anos desde a Conferência do Rio de Janeiro, houve um despertar de que pouco havia sido feito em relação às diretrizes anteriormente acordadas. Em colocação Malheiros, Coutinho e Philippi Jr., (2012) afirmam que “embora muitos países, estados e municípios tivessem construído suas Agendas 21, ficou clara a necessidade de melhor avaliar sua efetiva implementação” (p. 5).

Em decorrência desse encontro foi registrada uma Declaração Política e um Plano de Implementação das ações acordadas, reafirmando os compromissos em relação às questões impostas de governança, monitoramento, comunicação ambiental, e participação na tomada de decisão (KRONEMBERGER, 2010).

O desenvolvimento da indústria e da tecnologia sempre foi bem visto pela sociedade, uma vez que o progresso econômico tem sido buscado incessantemente. Os recursos naturais têm sido utilizados como se fossem infinitos, e não há sequer a preocupação com os impactos das atividades realizadas.

No contexto histórico as informações econômicas têm sido primordiais para mensurar o crescimento e conglobação de riquezas, notadamente na segurança, na vertente da sobrevivência alimentar, e nos recursos necessários para o funcionamento dos estabelecimentos. A premissa destas informações refere-se à adesão ao desenvolvimento econômico de cada grupo particular, sendo a questão estratégica decidida sob o viés coletivo ou não (PHILIPPI JR; MALHEIROS, 2012).

O foco do desenvolvimento econômico perpassa o paradigma que delineia a construção do bem-estar com enfoque na produção de bens de consumo, depositando em segundo plano o desenvolvimento social e ambiental (KRONEMBERGER, 2011). Entretanto, a questão ambiental tem assumido proporções cada vez maiores no que se refere ao encadeamento de ideias do homem pertinente ao desenvolvimento sustentável, com isso perpetuando o princípio de um meio ecologicamente equilibrado para o coletivo (DIAS, 2009).

Concerne a reflexão de que a mudança de paradigma em questão distancia-se, desta forma, do modelo de ciência praticado até então, a ciência tradicional, que com o passar do tempo torna-se abstrata e afastada da realidade. Uma ciência que deixou de ser um instrumento humano no viver diário, para converter o humano em seu instrumento. Este modelo de ciência perdeu o compasso da evolução afastando-se da gênese social dos problemas e das situações concretas para as quais os conhecimentos deveriam ser gestados e aplicados. Entretanto, novos determinantes sociais estão a cobrar uma nova postura no trato com a sociedade e meio ambiente, inclusive na produção de ciência.

Estes determinantes, entre outros, apresentam-se nominados por: “Agenda 21”, ISO 14000 e posicionamentos, no caso do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente. A Conferência Nacional do Meio Ambiente chegou a apresentar para a sociedade temas estratégicos para o país, que visam a conservação da biodiversidade, da água, do clima e dos recursos energéticos, com vistas ao desenvolvimento sustentável, levando em consideração que é possível sim crescer sem degradar a natureza (PELICIONI, 2005).

A natureza tem emitido sinais evidentes que a humanidade atravessa uma fase em que todos precisam exercitar o cuidado necessário com o nosso *habitat* natural.

3.2 A DINÂMICA DA PSICOLOGIA AMBIENTAL

A declaração mais moderna do termo ambiente é o de condições ou influências através dos quais qualquer pessoa vive ou se desenvolve. Então, a percepção ambiental atenta ao "espaço" e na integração dos conceitos que o representam. Seja do íntimo (ambiente pessoal), intermediário (ambiente construído), ou ainda por meio de um espaço distante envolvendo o estudo do mundo natural e o meio geográfico (FERREIRA, 2001).

Como aponta os Parâmetros Curriculares Nacionais, (2001):

Muitos estudiosos da área ambiental consideram que a ideia para a qual se vem dando o nome de meio ambiente não configura um conceito que interesse ou possa ser estabelecido de modo rígido e definitivo. É mais relevante estabelecê-lo como uma representação social, isto é uma visão que evolui no tempo e depende do grupo social em que é utilizado. São estas representações, bem como suas modificações ao longo do tempo, que importam: é nelas que se busca intervir quando se trabalha com meio ambiente.

A esse respeito, Coimbra (2004) apresenta que o conhecimento sistemático sobre a perspectiva ambiental ainda está em construção e que a dimensão de ambiente perpassa um processo dinâmico, e provavelmente nunca se venha a ter um conceito definitivo.

Apesar disso é de suma importância averiguar as vertentes de diferentes autores acerca da dimensão ambiental. Com base nisso, o dicionário Oxford conceitua a percepção ambiental como uma maneira pela qual um indivíduo percebe o espaço, e consiste no processo de avaliação e armazenamento de informações recebidas sobre o meio ambiente.

Melazo (2005) menciona que essa concepção tem sido comumente definida como a consciência, ou sentimentos sobre o meio ambiente, o ato de apreender o meio através dos sentidos. Uma definição mais abrangente foi fornecida pelo psicólogo William Ittelson (1973) que descreveu a percepção ambiental como um fenômeno multidimensional, em que apresenta uma técnica transacional entre o indivíduo e o ambiente.

A formulação de Oseki e Pellegrino (2004) observa a psicologia ambiental como as respostas comportamentais aos padrões de estímulos desenvolvidos entre os intervalos dos elementos desejados e os não desejados pelas pessoas, ou seja, é o processo de estudar as transações entre sociedade e ambiente. Essa ciência demonstra que o ser humano não deve ser passivo por determinado ambiente em que está inserido.

Desse modo Kronemberger (2011) retrata que uma questão crucial na psicologia ambiental é o modo como o homem percebe o meio ambiente e, em seguida, encontrar o caminho através dos espaços entre os elementos.

Nesse contexto, a consciência ambiental pode ser analisada em o estudo da percepção ambiental (coleta inicial de informações), a cognição ambiental (o armazenamento, organização e compreensão da informação), e avaliação ambiental (verificação pessoal, o impacto emocional do ambiente, atitudes, etc.) (FERREIRA, 2001).

Quando se observa o cenário num contexto mundial, parece claro que a informação existe a partir de estímulos do ambiente e isso pode interferir nos sistemas passivos do homem, porém quando se busca estes estímulos, com base em expectativas cognitivas, eles são frequentemente alimentados pelo poder emocional ou afetivo ligado aos sistemas de atitude e de valores, com isso a forma perceptiva é extraída em sua essência (COIMBRA, 2004).

Psicólogos ambientais sugerem que a percepção de um ambiente, é diferente da compreensão de um único elemento porque (1) o estímulo do objeto refere-se às características simples, ao passo que a percepção sobre meio ambiente é de grande escala, e demanda cenas mais complexas; (2) o observador do meio é geralmente uma parte do sistema que está sendo percebido e, certamente, se move no seu interior, ao invés de ser um observador passivo; e (3) muitas vezes, o observador tem um objetivo claro no ambiente, e apresenta a abordagem mais naturalista (PINHEIRO, 1997).

Uma questão complexa em investigar transações ambientais com os indivíduos é a de adaptação e conscientização. Muitas vezes o homem não é "consciente" a respeito do meio ambiente, este fenômeno é algumas vezes chamado de "dormência ambiental" e, claramente, levanta questões sobre a forma de estabelecer perguntas para se estudar a percepção de um grupo de pessoas (MELAZO, 2005).

O aspecto mais preocupante está na compreensão do meio, porque os tomadores de decisão baseiam seus julgamentos em sua forma perceptiva acerca do ambiente, em que algumas vezes não está em concordância com a interligação existente entre ambos. A concepção da natureza inclui sentimentos de vivência para um dado ambiente, uma ordenação de informações, e um entendimento, porém subjetivo, do meio ambiente (COIMBRA, 2004).

Na compreensão de Ferreira (2001) a percepção ambiental pode ser vista como um período de quatro modelos de estágios: uma resposta emocional; outra orientada, com a construção de mapas mentais; a posterior classificando os tipos individuais em conformidade com a informação recebida; e por último, uma organização como o indivíduo observa as causas e efeitos na informação.

É importante conhecer as concepções e/ou as representações coletivas dos grupos de atores sociais que causam ou atuam com problemas ambientais, sabendo que estas são ativas e

se transformam rapidamente. Nesse sentido, é importante identificar as representações individual e social sobre ambiente, para que se possa conhecer e refletir sobre os conflitos entre ser humano – sociedade – natureza (Figura 07).

Figura 01 – Análise das representações sociais da relação ser humano – sociedade – natureza.

Naturalista	Antropocêntrica	Sistêmica
• Considera meio ambiente como sinônimo de natureza (intocada) e de harmonia; • O ambiente engloba os aspectos físicos e biológicos, mas exclui o ser humano deste contexto; • O ser humano é um observador externo.	• Evidencia a utilidade dos recursos naturais para “a sobrevivência do ser humano” (visão utilitarista); • Reconhece a interdependência entre elementos bióticos e abióticos e a ação transformadora do ser humano sobre os sistemas naturais, alterando o “equilíbrio ecológico”.	• Evidencia as relações recíprocas entre natureza e sociedade; • Caracteriza-se por destacar as interações complexas entre os aspectos sociais e naturais, como também os aspectos, políticos, econômicos, filosóficos e culturais; • O ser humano é compreendido enquanto ser social, vivendo em comunidades.

Fonte: Almeida, 2012. Organizado e adaptado pela autora, 2014.

A psicologia ambiental compreende o alargamento dos horizontes e a concepção de uma visão bem elaborada da inter-relação de causa, efeito, e influência, onde o indivíduo absorve a sensação de interação, juntamente com a transformação (OLIVEIRA, 2012).

Alguns psicólogos ambientais afirmam que o comportamento das pessoas não é determinado apenas por seus ambientes e que pode ocorrer uma mudança de comportamento ou de ambiente em que vivemos, trazendo um aspecto fundamental da relação homem e natureza é que ambos está continuamente sendo transformados (MELAZO, 2009).

Segundo Coimbra (2004, p. 526),

É indispensável (re) pensar o mundo natural como uma realidade concreta, valiosa em si e por si, isto é, dotada de valor intrínseco. Isso significa também pensar o meio ambiente como *realidade histórica*, em seus aspectos naturais acrescidos das transformações feitas pelo ser humano (indivíduo e sociedade), como também uma *realidade social* (COIMBRA, 2004, p. 256).

Os seres humanos e o meio ambiente constituem um sistema único integrado, no qual os homens entram em relações determinadas sociais se adequando a sua própria natureza. Portanto, os seres humanos e a origem de suas relações, estão interligados ao meio ao qual

está inserido. Diante disso a importância de definir uma abordagem humanística e soluções para os problemas que surgem a partir da interação entre o homem e a natureza (RUIZ, 2009).

3.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE DO SUJEITO COLETIVO (DSC)

O DSC retrata uma série de intervenções sobre a essência de depoimentos coletados em “pesquisas empíricas de opinião por meio de questões abertas, operações que redundam, ao final do processo, em depoimentos coletivos confeccionados com extratos de diferentes depoimentos individuais” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2006, p. 517). Para Lefèvre e Lefrève (2006), refere-se a análise da percepção ambiental por meio do método do DSC, tornando-se eficaz na compreensão de experiências advindas da vivência e para análise coletiva que compõe a sociedade e o ambiente, como também na verificação das limitações que vivenciam um dado local. Para esses mesmo autores, o DSC tem como objetivo expressar, empiricamente, o pensamento coletivo. Ao extrair os depoimentos em pesquisas empíricas de opinião por meio de questões abertas, operações que expressam, ao final do procedimento, em depoimentos coletivos extraídos de depoimentos individuais.

Segundo Lopes e Alcântara (2012), a abordagem do DSC nos trabalhos relacionados à percepção ambiental se apresenta bastante favorável pela preservação da natureza de uma opinião coletiva referente a uma determinada comunidade, que em conjunto totalizam um diagnóstico geral sobre a problemática ambiental local.

5 MATERIAL E MÉTODOS

As unidades empíricas de referência desta pesquisa foram os Bairros Janduí e Vista Bela, localizados em Assú-RN. Cabe ressaltar que, o referido município está localizado no Estado do Rio Grande do Norte, em pleno interior do Nordeste Semiárido, com uma população de 53.227 habitantes (IDEMA, 2008). Situa-se na mesorregião do Oeste Potiguar e na microrregião do Vale do Assú, e compreende uma área de 1.297,5 km², equivalente a 2,43% da superfície estadual (IBGE, 2012).

Figura 02 – Representação gráfica do Município de Assú, RN.



Fonte: IBGE (2016).

A técnica de pesquisa utilizada fundamentou-se nos procedimentos da documentação indireta e da documentação direta – intensiva e extensiva (MARCONI; LAKATOS, 2005). Além disso, com o intuito de analisar a percepção para junção do contexto social e ambiental da comunidade estudada, utilizou-se o método de análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Assim, a pesquisa foi desenvolvida no período de Janeiro a Maio de 2014. Inicialmente as atividades desenvolvidas foram direcionadas ao levantamento bibliográfico e documental. Concomitante, foram elaborados e aplicados questionários abertos, com o objetivo de realizar um diagnóstico situacional dos moradores locais contemplados pela

pesquisa, para verificar como os mesmos se identificam quanto às questões ambientais locais e suas observações quanto à modificação da paisagem. Os participantes foram os moradores dos bairros estudados. Ao todo foram ouvidos 150 moradores dos dois bairros. Adotou-se como critério o tempo de residência desses no local, ou seja, optou-se por ouvir quem residia há mais de dez anos nos bairros.

Após coleta dos dados, foram agrupadas as respostas e construído um quadro com os principais discursos dos pesquisados. Nessa direção, as respostas obtidas por meio dos questionários aplicados permitiram a elaboração dos discursos com trechos selecionados dos depoimentos individuais, a partir da fala dos participantes, ou seja, dos fragmentos indicados dos depoimentos individuais dos residentes nos bairros estudados. O DSC produzido nesta pesquisa foi apresentado em *itálico*, em destaque do restante do texto. Para cada um dos discursos é indicada, entre parênteses, a quantidade de respondentes que apresentaram aquela Ideia Central (IC) em sua fala/escrita (N1), em relação ao número total de correspondentes (N), como indicado por Lefèvre e Lefèvre (2003).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados coletados foi possível constatar os Discursos do Sujeito Coletivo, formados para as sete perguntas realizadas e que foram divididos em 29 ideias centrais (IC) e estão apresentados no Quadro 07.

Quadro 07 – Síntese das ideias centrais.

A) O Sr. (a) e sua família têm acesso a saúde no seu bairro? E como você considera?	Não temos acesso a saúde, aqui não tem nenhum posto de saúde, considero ruim (138/150) Sim, aqui tem uma clínica particular e eu a considero regular (7/150) Sim, aqui tem uma clínica particular e eu a considero boa (3/150) Sim, aqui tem uma clínica particular e eu a considero ótima (1/150)
B) O Sr. (a) e sua família têm acesso a educação no seu bairro? E como você considera?	Não (112/150) Sim, existe uma escola para crianças no bairro Janduí e eu considero boa (22/150) Sim, eu considero regular (15/150) Sim, eu considero a escola do Janduí ótima (1/150)
C) O Sr. (a) e sua família têm acesso a moradia no seu bairro? E como você considera?	Sim, eu considero boa (82/150) Sim, eu considero regular (60/150) Sim, eu considero ótima (6/150) Sim, porém eu considero ruim (2/150)
D) O Sr. (a) e sua família têm acesso a lazer no seu bairro? E como você considera?	Não, considero ruim (138/150) Sim, considero bom (7/150) Sim, eu considero regular (5/150)
E) O Sr. (a) e sua família têm acesso a segurança no seu bairro? E como você considera?	Não, considero ruim (141/150) Sim, eu considero regular (8/150) Sim, eu considero bom (1/150)
F) Na sua opinião, o que é qualidade de vida?	Viver bem (39/150) Ter acesso à saúde (28/150) Ter educação (12/150) Ter paz (21/150) Ter lazer (12/150) Poder se alimentar bem (10/150)
G) Como Sr. (a) considera sua qualidade de vida?	Ótima (1/150) Boa (24/150) Razoável (60/150) Péssima (64/150)

Nota: N1: número de entrevistados que apresentaram a Ideia Central; N: número total de entrevistados.

A) O Sr. (a) e sua família têm acesso a saúde no seu bairro? E como você considera?

Os cidadãos possuem direitos sociais que visam garantir as condições materiais necessárias para o pleno gozo da integridade dos seus direitos. O artigo 6º da Constituição

Federal de 1988 evidencia de maneira unânime aos direitos sociais por dignidade, com o direito a saúde, lazer, segurança entre outros. Diante disso, é notória a ligação existente no contexto dos direitos do indivíduo, partindo do pressuposto da dimensão das questões fundamentais ao ser humano, enunciadas em normas constitucionais, que permitem melhores condições de qualidade de vida (BRASIL, 1988).

Partindo deste pressuposto, no quesito de acesso à saúde, a grande maioria dos residentes atendidos pela pesquisa (sendo cento e trinta e oito, dos cento e cinquenta sujeitos atendidos pela pesquisa) afirmou a seguinte ideia central: não temos acesso a saúde, aqui não tem nenhum posto de saúde, considero ruim (138/150). Um morador indagou “*como podemos ter acesso à saúde em um bairro que não tem saneamento, ou pelo menos um posto de saúde? Com toda certeza considero o acesso à saúde no meu bairro ruim*”.

O direito à saúde está interligado com o direito à vida e à existência digna, sendo representada como um direito fundamental de todo cidadão. Concebe, ainda, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, sendo obrigação do estado garantir o acesso ao serviço de saúde a todos os cidadãos brasileiros.

De acordo com Dantas (2005), a saúde é garantida mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução dos problemas ocasionados pelo risco de doenças e outros agravos, sendo a mesma reconhecida como um direito de todos e dever do Estado.

Uma parcela discreta de três sujeitos afirma a ideia que sim, aqui tem uma clínica particular e eu a considero boa. Outros sete entrevistados defende que sim, aqui tem uma clínica particular e eu a considero regular e apenas um sujeito da pesquisa denota a ideia sobre o acesso ao serviço básico de saúde em sim, aqui tem uma clínica particular e eu a considero ótima.

Conforme aponta Buss (2000, p.1) “(...) é preciso enfrentar os determinantes da saúde em toda a sua amplitude, o que requer políticas públicas saudáveis, uma efetiva articulação intersetorial do poder público e a mobilização da população”.

Para Philippi Jr. (2005), o agravo à saúde pública está direta e indiretamente relacionado a fatores primários, desde a destinação e disposição de resíduos, saneamento, a investimentos voltados a implantação de postos de saúde e acessibilidade aos direitos básicos de todo cidadão. Segundo Meireles (2008), a saúde pública se concentra ainda em processo de desenvolvimento, implementação e avaliação de estratégias de base populacional que tratam doenças e outras ameaças para a saúde da população em geral.

B) O Sr. (a) e sua família tem acesso a educação no seu bairro? E como você considera?

A percepção dos moradores no contexto situacional do acesso à educação nos bairros é negativa para a maioria dos residentes, sendo que cento e doze, dos cento e cinquenta, respondentes consideram não ter acesso à educação no bairro (112/150).

O artigo 205 da Constituição Federal faz jus a educação, e nele está contido uma declaração fundamental que concorda com o artigo 6º da referida constituição e eleva a educação ao nível dos direitos fundamentais do cidadão; deste modo, é assegurado que a educação é direito de todos, realçando-lhe o valor legal em conjunto com a cláusula em que a educação é dever do Estado e da família (BRASIL, 1988).

Vinte e dois (22) entrevistados ressaltaram a existência de uma escola de nível fundamental existente no bairro Janduís e afirmaram que a mesma estabelecia a demanda existente nos bairros circunvizinhos. A partir deste pressuposto foi possível formular as seguintes ideias centrais: sim, existe uma escola para crianças no bairro Janduís e eu considero boa (22/150); a referida escola citada atende alunos do ensino fundamental I; outra parcela afirmou que sim, eu considero regular (15/150), e uma parcela discreta de apenas uma pessoa sim, eu considero a escola aqui do bairro ótima (1/150).

O ideal, portanto, seria efetivar as normas que o ordenamento jurídico constitucional apresenta, de forma a moldar e garantir na conjuntura jurídica à dignidade e o direito à educação a todos os cidadãos, fazendo parte do mínimo legal que o Estado é capaz de apresentar, além dos outros direitos e garantias que conforme Pessoa (2011, p. 1) “compõem este rol de direitos individuais previstos pela a nossa Carta Constitucional, no seu artigo 5º, e os direitos sociais previstos no artigo 6º do mesmo dispositivo constitucional”.

C) O Sr. (a) e sua família têm acesso a moradia no seu bairro? E como você considera?

O direito à moradia se configura no rol das necessidades mais básicas do ser humano e, é também, um direito fundamental para todo e qualquer cidadão. Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, tornou-se um direito humano universal, aprovado e efetivo em todas as partes do mundo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas (ARANHA, 2000).

Nos aspectos referentes ao direito à moradia, foi verificado que todos os residentes possuíam um lar, e o questionário versou sobre a classificação quanto à forma em que eles o consideravam, ou seja: como bom, regular, ótimo ou ruim. A formulação da ideia central sim, eu considero boa (82/150) foi verificada por oitenta dois, dos cento e cinquenta entrevistados, representando a maioria dos moradores atendidos pela pesquisa. Um morador afirmou “sim, eu tenho minha casa e eu considero boa, acho bom morar aqui, é simples, mas eu consegui com muito trabalho”.

Uma parcela significativa de moradores afirmou que as condições seriam regulares, compondo sessenta opiniões dos cento e cinquenta atendidos pela pesquisa e formulando a ideia central sim, eu considero regular (60/150). Segundo a Agência Senado (2012) “(...) é preciso mudar a visão do planejamento urbano, focando no direito à moradia segura, na regularização plena urbanística ambiental e fundiária; na construção habitacional em locais de geração de emprego” afirmou o diretor do Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos do Ministério das Cidades.

Contudo, seis moradores ressaltaram a ideia sim, eu considero ótima (6/150). E uma parcela discreta compôs a ideia central de que sim, porém eu considero ruim (2/150).

No que tange aos diplomas legais, posteriormente à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, houve a reafirmação da obrigação Estatal na promoção e proteção do direito à moradia digna por intermédio de diversos tratados internacionais, contudo a efetiva implementação deste direito ainda representa um grande desafio (ARANHA, 2000).

A Constituição Federal de 1988, nesse ínterim, estabelece que:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III – a dignidade da pessoa humana. Art. 23 Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

Diante desses comandos legais, percebe-se que o Estado (seja a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios) possui o dever de, direta ou indiretamente, garantir de acesso a uma moradia digna e adequada aos brasileiros, constituindo um fator de primordial para se alcançar a dignidade da pessoa humana.

D) O Sr. (a) e sua família têm acesso a lazer no seu bairro? E como você considera?

Umas das questões mais enfatizadas pelos moradores foi com relação ao lazer nos bairros Janduí e Vista Bela, os quais ressaltaram a inexistência de praças e equipamentos de lazer nos bairros supracitados. A maioria compôs a ideia quanto a consideração de lazer no bairro em não, considero ruim (138/150).

Segundo Fernandes, Rocha e Nascimento et. Al. (2004), na maioria dos casos relacionados às ações públicas de comprometimento aos investimentos com equipamentos sociais de lazer, estão concentradas nas áreas nobres das cidades, negligenciado outros bairros.

O espaço público de lazer não alude apenas um local com praças, quadras dentro outros materiais de lazer, mas sim um espaço de interação entre pessoas que convivem numa mesma comunidade construindo uma dinâmica cultural e vivenciando habilidades pessoais e sociais em conjunto.

Uma parcela discreta dos entrevistados afirmou sim, considero bom (7/150) sendo sete dos cento e cinquenta e apenas cinco considera regular (5/150).

E) O Sr. (a) e sua família têm acesso a segurança no seu bairro? E como você considera?

No quesito de segurança, os resultados observados pelos discursos demonstram a inquietação dos moradores pelo modo situacional de insegurança nos bairros, assim como a problemática vivenciada na cidade de Assú nos últimos anos.

Foi constado que cento e quarenta e um residentes, quase a totalidade da parcela atendida pela pesquisa, considera a segurança nos bairros ineficiente. Com isso, foi possível reformular a ideia central com base nos discursos como: não, considero ruim (141/150).

Um morador afirmou “*com relação ao acesso a segurança, no meu bairro não existe, se é para dizer como eu considero é muito ruim. Não há patrulhamento, as pessoas têm horário para entrar nas suas casas, há uns cinco anos atrás todos ficavam fora de suas casas, o lazer que tínhamos era esse, e até isso não temos mais*”.

Por fim, uma parcela discreta de oito (08) moradores afirmaram que sim, eu considero regular (8/150) e apenas um sim, eu considero bom (1/150).

Os problemas ligados à segurança pública, invariavelmente, são agravados com o desenvolvimento e expansão das cidades e com isso, a falta de policiamento é uma das necessidades constatadas pelos cidadãos. Diante da realidade sujeitada pelos residentes, observa-se a ineficiência do sistema de segurança municipal.

Há de se ressaltar nesse aspecto, que foi iniciada em 1985 a redemocratização do país, a qual apesar de permitir a renovação das instituições, inserir novos debates ligados à implantação da lei e da ordem, sofreu, infelizmente, ao longo do tempo, crises de abuso de autoridade, insegurança e violação dos direitos humanos e da cidadania (BARREIRA, 2004).

F) Na sua opinião, o que é qualidade de vida?

A reflexão acerca do termo qualidade de vida discorre como resultado das políticas públicas e de desenvolvimento, onde os determinantes socioambientais se despontam como característica de seus atores. Ainda nesta perspectiva, pode-se compreender esta ideia em um novo contexto da análise, a partir da percepção de uma população como ator principal de sua realidade, do que vem a ser qualidade de vida segundo os atores sociais (ALMEIDA, 2005).

A percepção de qualidade de vida daqueles que vivenciam a realidade num dado local e que observam as limitações do espaço urbano conseguem extrair um conceito anexo do desenvolvimento humano e sustentável.

Nesta perspectiva a avaliação da percepção dos residentes acerca da qualidade de vida pode ser concebida por meio da observação de cenários erguidos e estabelecidos na reflexão coletiva e nos processos de estrutura de vida intrínseco na comunidade local. A dinâmica existencial do ambiente urbano compreende o sentido de repassar o que se observa no gerenciamento das atividades desenvolvidas na cidade, e retoma ao pensamento de espaço e tempo de um dado local (SAADI, 2013).

Os aspectos do espaço urbano requer um modelo organizacional de práticas que visem o contexto social, a satisfação das necessidades básicas de todos os cidadãos, um sistema ambiental seguro e equilibrado, em que a busca pela qualidade de vida e o incremento socioambiental dos cidadãos sejam alcançados (MOREIRA, 2005).

Com isso, trinta e nove (39) moradores afirmaram com relação aos questionamentos acerca de qualidade de vida de um modo genérico como viver bem (39/150). A percepção dos entrevistados evidencia uma conjuntura comum proposta em diversos trabalhos acerca de qualidade de vida. A conceituação do termo qualidade de vida demonstra ser um desafio

contínuo, cada ser humano possui uma visão de mundo integrada aos valores adquiridos no território e nos moldes culturais adquiridos ao longo do tempo (FERRARA, 1993).

Parte dos entrevistados, vinte e oito (28), apresentou a opinião de que qualidade de vida é ter acesso à saúde (28/150). Segundo Buss (2000) a promoção da qualidade de vida está relacionada ao termo saúde e a mecanismos operacionais que visem atender a governabilidade, políticas públicas saudáveis, gestão social integrada e estratégias que visem o desenvolvimento socioambiental local.

Buss (2000, p. 15) afirma ainda que garantir saúde significa, além de evitar doenças e prolongar a vida, certificar meios e situações que ampliem a qualidade da vida, ou seja, que desenvolvam a capacidade de autonomia e o padrão de bem-estar.

Outra parcela de vinte e um entrevistados ressaltou que qualidade de vida é ter paz (21/150) com enfoque para o seguinte discurso: *“pra mim qualidade de vida é ter paz, por que eu acho que não envolve somente o bem estar físico, mas emocional e espiritual também. E hoje é difícil de ver alguém vivendo com paz e tranquilidade”*.

Doze moradores relacionaram qualidade de vida a ter educação (12/150) e reforçaram em seus discursos a educação efetiva e de qualidade que é um problema enfrentado em diversos municípios, a falta de infraestrutura, equipe de professores adequados, materiais e diversas outras questões dificultam o processo ensino-aprendizagem do aluno em sala de aula e a qualidade de vida da comunidade local.

Outros doze residentes ressaltaram que qualidade de vida é ter lazer (12/150). A vivência e convivência entre os residentes dos bairros em áreas públicas de lazer são de grande estima para o enriquecimento do processo sociocultural e promoção de qualidade de vida.

Os atores sociais e suas organizações precisam de um posicionamento no sentido de pressionar a atuação do poder público e dos profissionais da área de lazer e urbanismo no comprometimento com a constituição de uma comunidade interativa, e capaz de desenvolver a inclusão nos espaços de lazer. Nos bairros atendidos pela pesquisa observa-se a realidade dos problemas sociais, econômicos, políticos e culturais onde são apresentados ao longo do trabalho, apresentando ainda as dificuldades para vivência de lazer e promoção de qualidade de vida.

Constituiu ainda uma parcela discreta de residentes que qualidade de vida seria poder ser alimentar bem (10/150). Na perspectiva de Rocha, Okabe, Martins e et. al., (2000) a questão de qualidade de vida trata-se de compreender as conexões coletivas, e alcançar um equilíbrio entre as partes sociais, econômicos e ambientais de uma comunidade. Além disso, o

reconhecimento das limitações do sistema ambiental estabelece o equilíbrio das comunidades sustentáveis.

Buss (2000, p. 1) afirma que “é no movimento dos municípios saudáveis que tais estratégias se concretizam, através de seus próprios fundamentos e práticas, que estão estreitamente relacionados com as inovações na gestão pública para o desenvolvimento”.

G) Como Sr. (a) considera sua qualidade vida?

A qualidade de vida da população está inserida nas condicionantes do meio que se desenvolvem a sociedade; foram verificados indicadores extraídos pelos pensamentos individuais dos moradores, e que refletem o contexto situacional da coletividade dos bairros.

A cidade constitui um sistema antrópico, onde o grau de artificialidade abrange o seu nível mais elevado. O efeito do processo de expansão urbana tem acarretado uma fragmentação no relacionamento entre ser humano e natureza, na perspectiva de uma profunda manipulação do ambiente que ocasionam intensas modificações da paisagem, e interferem no estado psicológico e fisiológico dos habitantes da comunidade. Além disso, ocasiona impactos aos fatores culturais, econômicos e influenciam na qualidade de vida da população residente (SAADI, 2013).

Nos aspectos relacionados ao direito do cidadão no quesito de qualidade de vida Pessoa (2011, p. 1) afirma que “não raro e constante é perceptível à insatisfação de diversas classes ou ramos da sociedade por não ter os seus direitos atendidos ou pela reivindicação de direitos que julgam ser necessários ao grupo”. A promoção da qualidade de vida deve estar primando pelas condições básicas de saúde, lazer, infraestrutura e moradia.

Nos discursos foram apontadas sessenta e quatro (64) opiniões considerando a qualidade como péssima (64/150). A gestão pública deve estar orientada à manutenção desta condição de vida, assim como melhoria dos sistemas ambientais e conservação dos recursos naturais.

O meio termo foi apresentado pelos moradores sendo possível a formulação da constatação de qualidade de vida como razoável (60/150) por sessenta residentes. Uma parcela discreta como boa (24/150) e apenas um como ótima (1/150).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada discurso percebe e reage uma ideia que é expressa no coletivo sobre o ambiente em que vive, constituindo expressões de julgamento e visão de respostas individuais e coletivas. As manifestações advindas de cada grupo são decorrentes da interpretação do seu meio, adquirido nos processos cognitivos de sua vivência, e em função de informações traduzidas na realidade local.

Partindo de uma análise sistemática e argumentativa dos bairros atendidos pela pesquisa, conclui-se que há uma necessidade de haver um aprimoramento na efetividade dos direitos constitucionais e na inserção das garantias sociais. A percepção da população reflete a interação do espaço urbano e seus componentes essenciais, evidenciando questões de suma importância na redoma urbana.

Observou-se ainda as condições de vulnerabilidade vivenciada pelos moradores locais que sofrem com a precariedade dos serviços básicos; as condições da má qualidade de vida demonstradas pela maioria dos entrevistados foram constatadas pela opinião do grupo focal. Nesta perspectiva, conclui-se que há necessidade de intervenções ligadas à melhoria dos serviços básicos, bem como no quesito de qualidade de vida da população residente nos bairros estudados, com destaque para o acesso à saúde pública, educação, lazer e segurança.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. R. de. **Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Thex Ed.: Almeida Cabral, 2012.
- ALMEIDA, L. Q. Diagnóstico socioambiental e contribuições para o planejamento ambiental do Município de Maracanaú-CE. **Caminhos de Geografia**, v. 11, n. 15, p. 108-125, 2005.
- BEZERRA, A. A. Fragmentos da história da educação ambiental. **Dialógica: Revista eletrônica da FACED, Amazonas**, v. 1, p.1-6, 2007.
- BOTKIN, D. B.; KELLER, E. A. **Environmental science: Earth as a living planet**. Wiley Global Education, 2010.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CARSON, R. **Primavera silenciosa**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1962. 305p.
- CASSILHA, G. A.; CASSILHA, S. A. **Planejamento Urbano e Meio Ambiente**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009. 176p.
- COSTA, H. S. M. **Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 2, p. 55-71, 2011.
- COUTINHO, S. A educação ambiental na formação de professores, In: SEABRA, Giovanni (Org). **Educação ambiental**. João Pessoa: EdUEPB, 2009. 228p.
- DA VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Editora: Garamond, 2005.
- DIAS, G. M. **Cidade sustentável: fundamentos legais, política urbana, meio ambiente, saneamento básico**. Natal: Ed.do Autor, 2009. 384p.
- FERNANDES, R. S., SOUZA, V. J., PELISSARI, V. B., et. al. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**. FCTH, Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica. Projeto Difusão Tecnológica em Recursos Hídricos. São Paulo, 2004.
- FERRARA, L. D.'A.. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. Edusp, 1993.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 118, p.189-205, mar. 2003.
- KRONEMBERGER, D. **Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo: Editora Senac, 2011.

LEFÈVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. **Interface** – comunicação, saúde, educação, v. 10, n.20, jul/dez, 2006. p. 517-524.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C.. **O sujeito coletivo que fala**. Interface (Botucatu) [online]. 2006, vol.10, n.20, pp. 517-524.

LEFÈVRE, F; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: Educs, 2003.

LOPES, T. C. S., ALCÂNTARA, R. de. L. Percepção ambiental de estudantes do ensino médio através da metodologia do discurso do sujeito coletivo, semiárido potiguar. **Anais... III Encontro Nacional de Educação Ambiental** p. 942-951.

MARIN, A. A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. **Pesquisa em educação ambiental**, v. 3, n. 1, p. 203-222, 2008.

MEIRELES, A. C. C.. **A eficácia dos direitos sociais**. Salvador: JusPodvim, 2008.

MELAZO, G. C. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**, 2009.

MIANA, A. C. **Adensamento e forma urbana**: inserção de parâmetros ambientais no processo de projeto. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 394p.

MILLER JUNIOR, G. Tyler. **Ciência Ambiental**. 11. ed. São Paulo: Cengage learning, 2008. 501 p.

MOREIRA, G. L.; TREVIZAN, Salvador DP. O processo de (re) produção do espaço urbano e as transformações território-ambientais: um estudo de caso. **Estudos Geográficos**, v. 3, n. 2, p. 78-90, 2005.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. 4ª ed. atual. ver. Rio de Janeiro; Fortaleza. ABES, 2011.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 434p.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental: evolução e conceitos In: PHILIPPI JR., Arlindo [Eds.]. **Saneamento, saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005. p. 587-598.

PHILIPPI JR, A. **Saneamento, saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, São Paulo: Manole, 2010.

PHILIPPI JR., A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C.. **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004.1045p.

PINHEIRO, J. Q. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 2, p. 377-398, 1997.

ROCHA, A. D; OKABE, I; MARTINS, M. E. A; MACHADO, P. H. B; et. Al; Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2000.

SCHMIDT, M. L. S. **Pesquisa participante**: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicol. USP* [online]. 2006, vol.17, n.2, pp. 11-41.

SEABRA, G. Educação ambiental na sociedade de consumo e riscos. In: SEABRA, Giovanni (Org). **Educação ambiental**. João Pessoa: EdUFPB, 2009. 228p